

OUTRAS ONTOLOGIAS: UMA PESQUISA SOBRE AUTORIAS INDÍGENAS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS (2019-2021)

Danielle Bastos Lopes ¹
Gabriel de Carvalho Gomes ²
Juliana da Costa Minervino ³

“[...] a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças de sangue”
(FOUCAULT, 2009, p. 143)

Este artigo analisa as autorias indígenas no espaço teórico das citações e nas economias das indexações dos materiais didáticos. Para tanto, foram selecionados um número significativo de mostras de material e livros didáticos de um instituto de educação localizado na cidade do Rio de Janeiro, capital. Tal escolha, ocorreu devido ao número significativo de indicadores de excelência em ensino ofertados à unidade pelo Ministério da Educação. Trata-se de um espaço que traz acesso ao público acadêmico e escolar em suas redes. A partir dos resultados, avistamos a possibilidade de materialização e discussão das subjetividades do ensino sobre indígenas, tendo em vista, o crescente interesse de pesquisadores sobre a temática nos últimos anos. A pesquisa que enveredou pela escrita de si, pela economia das citações e, finalmente, pelos efeitos da diferença no ambiente escolar, concluiu ao longo das análises, que apesar do aumento incisivo da temática nos materiais didáticos, ainda é escassa a participação das autorias indígenas como seus próprios enunciadores. É interessante, assim, o exercício de uma prática pedagógica que não colabore com a perpetuação das ideias coloniais como verdades únicas, e em contrapartida, multiplique as naturezas e epistemologias indígenas como potências de currículo.

Palavras-chave: Enunciações Indígenas; Materiais Didáticos; Potências de Currículo.

INTRODUÇÃO

¹Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), daniellebastoslopes@hotmail.com ;

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF- UERJ) - RJ, gabriel_25-01-2000@hotmail.com.

³ Graduada do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF- UERJ), juliana.minervino@outlook.com.

Este artigo⁴ analisa as autorias indígenas no espaço teórico dos materiais didáticos. Partimos de uma investigação anterior, que pesquisou as enunciações/autorias indígenas na região Sudeste brasileira. Um caminho marcado pela crueza moderna das quantificações e estatísticas, mas que interroga a pouca autoria indígena no mercado acadêmico, apesar das crescentes políticas afirmativas da época contemporânea. Operar com essas categorias, coloca em tela, naturalmente, aspectos excessivamente realísticos e “fundantes” para os conceitos humano, (in)divíduo, raça e outros termos já , especialmente criticados em pesquisas anteriores (BASTOS LOPES, 2017, 2019), mas qual assumimos nesta comunicação, o fantasma moderno para questionar o ocidentalismo nas economias das indexações e nas produções didáticas.

Tanto o desconstrucionismo quanto o essencialismo periférico são categorias pensadas e nomeadas pelo e a partir do outro (ESCOBAR, 2014). As autorias desconstrutivas na lógica da apropriação, são normalmente apropriadas/traduzidas como movimento “branco”, “caucásio”, enquanto o movimento negro é relegado ao caráter essencialista radical, sem a relativização das categorias, essência/ identidade/ raça, como consubstancialmente comum em relações de consanguinidades ciganas, entre os ventres judeus ou entre sistemas de filiação na Índia, na África Mediterrânea, entre outros processos socialmente evidenciados (OVERING, 1981; MOTTA 2011).

Nesse debate, os estudos parentais explorados pela hematologia antropológica encerram uma variedade de relações interpretativas sobre corpo, autorias e formas de parentesco sanguíneas que fogem ao marco meramente biologizante e universalista das noções de pertencimento e do lugar comum do “essencialismo” identitário (BELAUNDE, 2006, 2015; MOTTA 2011; OVERING, 1981).

Claudia Costa e Sonia Alvarez (2013) sobre as publicações feministas, associadas neste artigo com as autorias indígenas, afirmam: que “quem é citado/a, onde e por quem

⁴ Este artigo é um produto do projeto APQ1 - FAPERJ - **Pensando Culturas Ameríndias: a inserção/ influência das autorias indígenas nos materiais didáticos da região Sudeste**, coordenada pela professora Dra. Danielle Bastos Lopes.

– isto é, a geolingüística das citações – revela as rotas através das quais as teorias viajam e as formas pelas quais as linhagens intelectuais (hegemonicamente masculinas), são construídas e pensadas no contexto global.” Portanto, as práticas de citação indígenas seriam responsáveis não apenas pela formação dos cânones acadêmicos, mas destacam a influência geopolítica da “escrita de si” no interior das pesquisas científicas.

Nas reformas curriculares previstas pela UNESCO, por exemplo, as legislações que normatizaram a obrigatoriedade do ensino de culturas africanas e indígenas no Brasil, são potencialmente autorizadas nos currículos acadêmicos, embora, atualizem as identidades centradas no direito do indivíduo universal e não nos direitos difusos ou coletivos, como tem se debatido largamente nas políticas anarquistas ameríndias da América Latina (CUSICANQUI, 2015). Arriscamo-nos aqui, portanto, ao processo de crítica utópica às dicotomias entre essencialismo/ desconstrucionismo periféricos defendidas, quase sempre, nas mesmas lógicas de base moderna. E para tanto, partimos da análise quantitativa e especificada nas economias dos materiais didáticos.

MATERIAIS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A pesquisa se passa em um instituto de educação na cidade do Rio de Janeiro. A instituição atende o corpo acadêmico e o escolar, sendo este um dos aspectos diferenciais para o campo de análise. Reconhecida como instituição de excelência, o corpo pedagógico agrega estudantes de educação básica e professores universitários que desenvolvem pesquisas sobre diferentes áreas do conhecimento. A escolha para a pesquisa decorre, justamente do caráter privilegiado da instituição, possuindo muitos projetos e acervos literários para o público em geral.

Nos últimos anos, uma fala recorrente nas escolas reconhece a falta de autores indígenas nos materiais didáticos. Existiria pouco ou nenhum espaço para discussão literária, segundo os professores (BASTOS LOPES, 2019). Um estudo produzido por autores ameríndios norte e sul-americanos (TERENA, 2020; TAIAlAKE, 2009)

demonstrou como os livros utilizam uma linguagem humanista⁵ e racional para ensinar conceitos animistas, não humanos e sagrados dos povos indígenas.

O conceito de material didático ampliou com as reformas curriculares, assim como a Lei nº 11.645/08 e o Parecer nº 14/15, afirmando a obrigatoriedade do ensino indígena. As políticas têm conseguido, dessa forma, a problematização do ensino e das tipificações dos materiais entendidos como pedagógicos (MILLER, 2014). Este é um ponto positivo para o currículo e para os indígenas, entretanto, em vez de olhar para o contraste apenas no nível legislativo, queremos levar o argumento em outra direção.

A pesquisa orienta-se a partir de duas grandes hipóteses: a primeira (1), considera a existência de um novo paradigma que tem incorporado os indígenas nos currículos de educação básica. A (2) segunda, entende que apesar da inclusão da temática, apoiados pelas políticas de diversidade, o indígena ainda é representado em pressupostos assimilacionistas e esquemáticos no currículo, sem grande participação com suas autorias/enunciações nos produtos pedagógicos.

METODOLOGIA E APROXIMAÇÃO

O método escolhido foi baseado, no primeiro momento, na coleta de dados quantitativos e qualitativos, e posteriormente, seguido de estudo de caso. Como a intenção da pesquisa parte de um projeto anterior mais amplo, sobre as autorias indígenas em toda a região Sudeste, e um segundo eixo, a análise do produto (materiais didáticos) produzidos por professores e alunos do instituto de educação, foi necessária uma alternância entre momentos de coleta de fonte estatística, arquivística e outras de teorias bibliográficas. Este artigo corresponde, especificamente, ao segundo eixo, concentrado nos materiais didáticos, em diálogo com as pesquisas das etapas anteriores.

Para a análise das fontes, o primeiro eixo compreendeu um trabalho basicamente estatístico de contagem, mapeamento e análise das autorias indígenas nos materiais do

⁵ Não discutimos questões sobre os aspectos humanistas e universais propostos pelos modelos do Currículo Nacional para a Educação Indígena (BRASIL, 1998), entretanto, destaco trabalhos anteriores sob o qual analiso o tema de um suposto pós- humanismo na Educação (BASTOS LOPES, 2016; 2017).

Ensino Fundamental. O levantamento com foco na representação da temática foi produzido em extensa parte, na primeira parte do projeto, referente à análise das autorias indígenas nas publicações das revistas científicas.

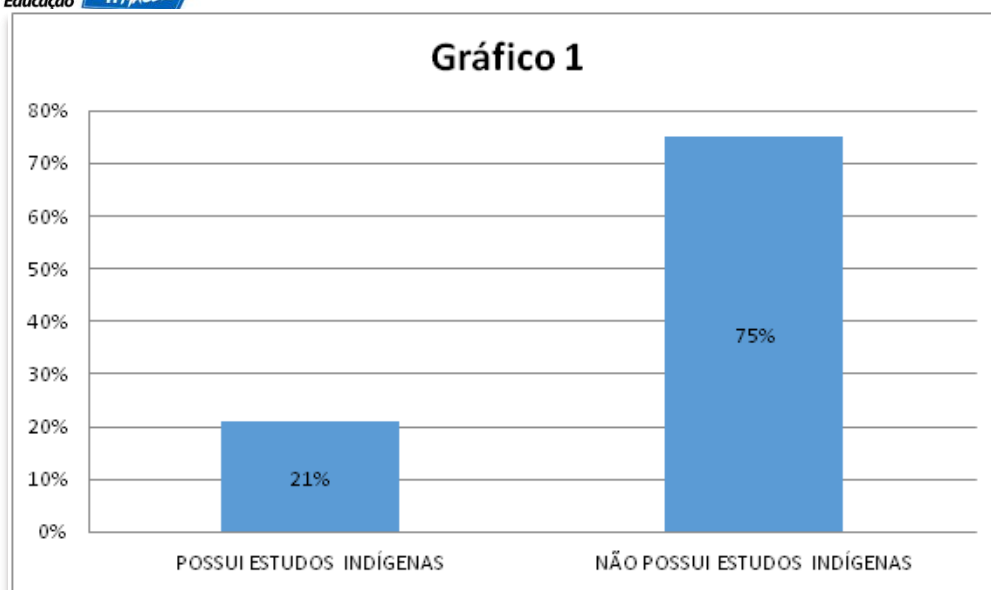
No estudo de caso dos materiais pedagógicos, dividimos a pesquisa em três segmentos. (1) a análise do quantitativo dos conteúdos programáticos e materiais sobre culturas indígenas nos dois últimos anos do instituto. Com base nos levantamentos, passamos a uma (2) segunda etapa, a da metodologia, o estudo qualitativo bibliográfico do ensino dessas sociedades nos materiais de ensino. A intenção da metodologia nesse segundo eixo é de investigação, aprofundamento e análise teórica a partir das fontes mapeadas. Em seguida, passamos ao (3) terceiro eixo: a publicização dos dados com o objetivo de oferecer análises e mostras quantitativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO - AUTORIAS INDÍGENAS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS

Considerando a passagem de uma década desde a sanção da lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), foram analisados materiais didáticos trabalhados entre os anos de 2019 a 2021. No gráfico abaixo observamos os índices de porcentagens que compreendem, em maior proporção, atividades planejadas no instituto durante o período acadêmico emergencial, que consiste em aulas no modelo de ensino remoto. Destacamos a importância desse recorte e a expectativa em relação a continuidade das discussões minoritárias no cotidiano escolar.

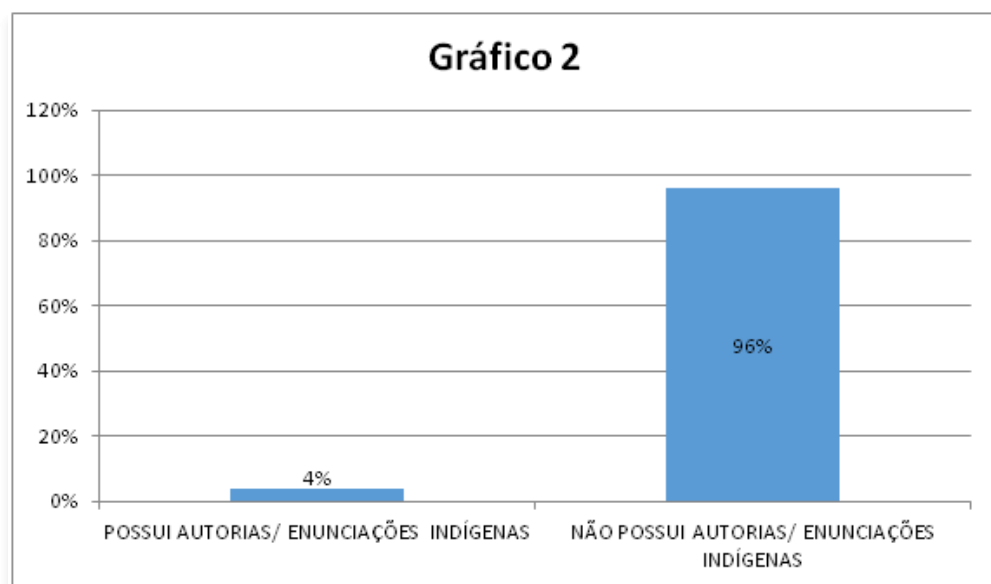
Com acesso ao banco de dados do instituto, foram coletados materiais de diversas áreas de ensino. Em consequência, houve uma análise das atividades selecionadas que abordavam questões referente às sociedades ameríndias.

Ressaltamos que entendemos como enunciação indígena toda e qualquer citação ou estudo aprofundado dessas populações. Uma próxima análise foi situar e quantificar das enunciações quantas possuíam autorias indígenas, entendendo como autoria, toda participação desses como interlocutores, considerando escritos, falas e vídeos. Complexificando a ideia de uma autoria meramente indexada em livros.



Fonte: Acervo dos autores 2021

O gráfico acima reflete o resultado quantitativo dos documentos que estudam a temática indígena. Como resposta, pode-se constatar que 21% das atividades possuem abordagem direcionada ao objeto. Do outro lado, 75% dos materiais não apresentavam qualquer conteúdo relacionado aos estudos da temática.



Fonte: Acervo dos autores 2021

Este segundo gráfico, demonstra a análise sobre autorias/enunciações indígenas, resultando em apenas 4% dos materiais inspirados ou com autores indígenas no seu corpo de citação. Sendo 96%, os que não possuem essas autorias.

A partir dos dados alcançados nos gráficos, constata-se que os materiais didáticos ainda têm muito o que avançar no sentido de uma geopolítica menos racista e embranquecida. Contudo, mesmo considerando como autorias, as entrevistas, as coautorias e toda referência realizada por indígenas, encontramos apenas Daniel Munduruku como obra majoritária nas análises. O que torna explícita a rara participação de enunciadoreis indígenas, (4%), mesmo com as políticas de ação afirmativa e a lei de obrigatoriedade do ensino sobre a temática nas escolas. Estes dados apontam para a baixa imersão de materiais didáticos que dispõem de indígenas como interlocutores de suas próprias enunciações.

Notada a variação de atividades que estudam a temática indígena (21%), considera-se significativo o volume de exercícios, apesar dos estudos estarem concentrados nos campos exclusivos da História, Geografia e Sociologia. Inicialmente, entendemos que por ser uma prática respaldada por lei, a seleção das autorias indígenas abrangeria um maior número de exercícios relacionados.

Portanto, torna-se importante problematizar a comparação entre modos de vida e promover um estudo que perceba os indígenas como povos dotados de naturezas carregadas de epistemologias, escritas de si e ontologias não ocidentalizantes. Expandindo o ensino indígena para além dos campos das ciências humanas e tratando-os não como cultura outra, porém, enxergando as potencialidades nas contribuições e processos de educação, como por exemplo no campo da linguagem. É interessante, assim, o exercício de uma prática pedagógica que não colabore com a perpetuação das ideias coloniais como verdades únicas (DAS, 2015), e em contrapartida, multiplique as naturezas e epistemologias indígenas como potências de currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que conclui este artigo, portanto, não é a proposição de uma inclusão destes autores nos materiais didáticos ou meramente a defesa da representatividade já

relevantemente defendida nos discursos de reconhecimento e nas políticas afirmativas. O que tentamos expor é a inversão mesma, da noção de tradução e autoria pensando as enunciações indígenas como meios potencialmente transformadores aos sistemas de ensino, já muito estruturados e totalitários (COSTA ; ALVAREZ, 2014).

Nesses termos, os estudos sobre materiais didáticos e o mercado geopolítico das citações (BASTOS LOPES, 2019) tem demonstrado como os etnômios, as autorias que não são de um sujeito, mas de toda uma comunidade ecológica confundem e diferenciam a norma vernacular culta.

Dessa forma, a tentativa de pensar não em culturas populares nativas que precisam ser "incluídas" em culturas mentalistas e científicas, mas em uma "contra", "anti", "anarco" disciplinarização dos sistemas de autorias, defendemos que faz mais sentido em uma lógica anticolonialista, ou como bem citou Marcos Terena (2020), a literatura indígena deve atender ao interesse das comunidades indígenas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às populações indígenas latino-americanas e caribenhas e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), promotora do projeto de pesquisa que financia este artigo.

REFERÊNCIAS:

- BASTOS LOPES, D. A presença do invisível em escolas indígenas: escolarização, diferença e cosmologia entre os povos Mbyá (Guarani) do Rio de Janeiro. **Cadernos Cimeac**, v.7, p. 103 - 119, 2017.
- BASTOS LOPES, D. O direito de estudar o indígena: sedução, estranhamentos e diferença em salas de aula. **Cadernos CEDES (UNICAMP) Impresso**, Campinas, v.39, p. 277 - 296, 2019.
- BELAUNDE, L. E. Resguardo e sexualidade(s): uma antropologia simétrica das sexualidades amazônicas em transformação. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 538-564, 2015.
- BRASIL Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp->

content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao- das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em : 28 jul 2021.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 10 mar., 2008.

CUSICANQUI, S. R. **Sociología de la imagen**: miradas ch'ixi desde la história andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DAS, V. **Affliction**: health, disease, poverty. New York: Fordham University Press, 2015.

ESCOBAR, A. America Latina en una encrucijada: ¿modernizaciones alternativas, posliberalismo o posdesarrollo? In: QUINTERO, P. (orgs.). **Crisis Civilizatoria, Desarrollo y Buen Vivir**. Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 59-106.

FOUCAULT, M. A escrita de si In: **Ética, Sexualidade, Política**. Col. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Ed. Veja, 2009.

LIMA COSTA, C. de; ALVAREZ, S. E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 21, p. 579-586, 2013.

MACEDO, E. Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 539-554, 2017.

MILLER, J. Teorização do currículo como antídoto contra/na cultura da testagem. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 2043-2063, 2014.

MOTTA, A. La “charapa ardiente” y la hipersexualización de las mujeres amazónicas en el Perú: perspectivas de mujeres locales. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 9, p. 29-60, 2011.

OLIVEIRA, C. S.; VIDAL PEREIRA, T. Desconstruindo os mitos de avaliação na educação básica. In: BASTOS LOPES, D.; VIDAL PEREIRA, T. In: **Currículo e Diferença na Educação Básica**: diálogos nos colégios de aplicação. Rio de Janeiro: CRV, 2019. p. 23-34.

OVERING KAPLAN, J. Review Article: amazonian anthropology. **Journal of Latin American Studies**, v. 13, n. 1, p. 151-164, 1981.

TAIAIAKE, A. **Wasáse**: indigenous pathways of action and freedom. Toronto: University Toronto Press, 2009.



TERENA, M. A literatura indígena deve atender ao interesse das comunidades indígenas! In: DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L. F. (Orgs.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: autoria, autonomia, ativismo.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 99-102.